

A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA SALA DE AULA: A VISÃO DOS ESTUDANTES E DOS PROFESSORES

Lúcia Maria de Assis

Universidade Federal de Goiás/Brasil

assislucia@cultura.com.br

Resumo: O estudo apresenta resultados de uma pesquisa que buscou identificar as repercussões da Avaliação Institucional implantados pelo MEC/Inep na docência da educação superior. Observou-se que mudanças nas práticas dos professores ocorrem de forma menos intensa em relação aos *impactos* ocorridos na gestão acadêmica dos cursos. Na sala de aula verifica-se que as repercussões são menos expressivas na Universidade do que na Faculdade e no Centro Universitário. Três aspectos se destacam: a avaliação da aprendizagem, a abordagem do conteúdo e o maior interesse dos professores pelo currículo do curso.

Palavras-chave: educação superior; avaliação institucional; prática docente.

INTRODUÇÃO

O processo de avaliação das instituições de educação superior (IES) no Brasil teve seu início em 1993 com o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). De cunho democrático e por adesão, tinha como objetivo a melhoria das ações educativas no interior das IES e não previa nenhuma forma de classificação, punição ou premiação a partir dos resultados obtidos. Esta proposta foi interrompida em 1996, quando foi instituído o Exame Nacional de Cursos (ENC) no conjunto das políticas desenvolvidas no âmbito da educação superior (ES), de expansão, privatização e diferenciação institucional, quando a avaliação assume, predominantemente, a função regulatória.¹

Com a mudança de governo em 2003, um novo modelo de avaliação foi implantado em 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que trouxe avanços em relação ao modelo anterior ao conjugar múltiplos indicadores, advindos da auto-avaliação, da avaliação de cursos e da avaliação externa. Entretanto, introduziu o exame nacional de desempenho do estudante (Enade), com a divulgação de conceitos, o que acabou promovendo a continuidade do *ranking* das IES, tão fortemente criticado no ENC. Avanços e continuidades marcaram a implantação do Sinaes.

Esta transição de modelos tem inspirado diversas pesquisas que analisam as repercussões das políticas públicas para a ES, dentre as quais a avaliação institucional (AI), que se tornou um instrumento de acompanhamento, avaliação e regulação das IES, cuja expansão no período 1996-2008 chegou ao índice de 145,3%; de um total de 2.252 IES, 2.016 (89,5%) são privadas e 236 (10,5%) são públicas (BRASIL.INEP, 2010).

Nesse contexto de expansão o processo de avaliação institucional passou a provocar mudanças nas IES, tendo em vista os padrões e critérios de qualidade definidos para os cursos de graduação e dimensões a serem examinadas quando dos processos de avaliação. Este processo desencadeou transformações nos Planos de Desenvolvimento Institucional, Projetos Pedagógicos Institucionais e Projetos Pedagógicos de Cursos, promovendo mudanças na rede física, laboratórios, acervo bibliográfico, corpo docente quanto à titulação e dedicação, reformulações curriculares, dentre outras (OLIVEIRA e FONSECA, 2008).

No âmbito do trabalho dos professores constata-se mudanças que podem ser relacionadas às novas configurações das IES em função das políticas privatistas e expansionistas da ES (CUNHA, 2005 e 2006). Este estudo objetiva apreender as repercussões da avaliação institucional na prática dos professores e quais as modificações que ela tem desencadeado no seu trabalho em sala de aula.

Algumas questões contribuem para esclarecer os rumos desta investigação: em quais aspectos a avaliação institucional teria desencadeado mudanças na prática dos professores da ES? Qual a visão dos professores e estudantes sobre a avaliação institucional? Como a avaliação institucional tem influenciado a execução das atividades docentes nas IES?

Este estudo foi conduzido, quanto ao método, tendo como referência principal de análise a abordagem *histórico-dialética* e quanto às principais categorias de análise elegeram-se aquelas próprias da perspectiva dialética, cuja principal função é a apreensão do caráter histórico do objeto de conhecimento. Pode-se afirmar que as categorias *totalidade*, *contradição* e *mediação* aparecem na medida em que se considera que “o conhecimento efetivamente se dá *na* e *pela* práxis. A práxis expressa, justamente, a unidade indissolúvel de duas dimensões distintas, diversas no processo de conhecimento: a teoria e a ação. A reflexão teórica sobre a realidade não é uma reflexão diletante, mas uma reflexão em função da ação para transformar” (FRIGOTTO, 2002, p. 81).

A fonte de dados empíricos incluiu três cursos de graduação em três IES do Estado de Goiás, totalizando nove cursos dos quais foram ouvidos coordenadores, professores e estudantes, considerados os “principais atores da ação acadêmica” (CUNHA, FERNANDES e FORSTER, 2003, p. 15).

A escolha das três IES foi baseada nas principais categorias administrativas que representam as IES brasileiras: uma faculdade e um centro universitário privados e uma univ. pública federal. Esta escolha tem o propósito de caracterizar, analisar e comparar como as políticas para a avaliação institucional sistêmica foram operacionalizadas, assimiladas e

incorporadas às rotinas acadêmicas dos professores destas IES, de forma a desvelar as suas idiossincrasias e compreender as dimensões dos *impactos* destas políticas na *práxis* docente.

O trabalho de campo consistiu na aplicação de questionários de pesquisa aos professores e estudantes, elaborados com questões semelhantes para possibilitar o cruzamento dos resultados. Foram obtidos 64 questionários de professores e 390 de estudantes, o que corresponde a 40% dos professores e 91% dos alunos do universo escolhido para compor a amostra. Nesta apresentação abordaremos os resultados relativos à visão de professores e estudantes sobre as repercussões da avaliação institucional na prática docente.

1. A AI E AS MUDANÇAS NO CAPITALISMO

A história brasileira recente sinaliza um progressivo atrelamento das políticas públicas aos interesses do capital internacional, sobretudo aquelas que tratam da expansão privatizada e da avaliação das IES, conforme analisa Frigotto:

O grupo político de Fernando Henrique Cardoso como presidente teve a competência para o denominado ajuste sob a férrea doutrina dos organismos internacionais. Trata-se de um governo, como nos mostram Petras e Veltmeyer (2001), que protagonizou a “desapropriação do país” e a grande meta foi a de “tornar o Brasil seguro para o capital” (...) o resultado dos anos do governo FHC mostram que as conquistas da década de 1980 foram sendo uma a uma anuladas em nome do ajuste da economia e da atração de capital especulativo, mediante os mecanismos da desregulamentação, descentralização, flexibilização e privatização. A ditadura das leis do mercado vale dizer do capital financeiro especulativo, condena milhões de brasileiros ao desmonte dos direitos públicos de saúde, educação, trabalho, cultura, renda mínima, transporte, habitação e aposentadoria. (FRIGOTTO, 2002, p. 55-56)

O principal impacto desses ajustes que recaíram sobre a ES diz respeito ao processo de expansão de vagas, visando a “democratização” do acesso das camadas populares, quando ocorreu um extenso processo de expansão do número de IES seguida de uma profunda modificação das relações de trabalho no campo da docência. Assim, o presente estudo percorre dois eixos teóricos que se entrecruzam ao longo das análises: um diz respeito aos impactos das políticas públicas mencionadas por Frigotto, sobretudo as relacionadas à expansão e regulação da ES a partir da promulgação da LDB, Lei 9.394/96, e o outro diz respeito ao campo da docência e das condições nas quais o profissional da ES vem construindo a sua profissionalidade, fortemente marcada por relações de trabalho cada vez mais precarizadas.

No primeiro eixo destacamos os estudos de Dias Sobrinho (2002) e de Fávero e Semeraro (2002), que abordam o princípio da democratização dos espaços sociais, o acesso das classes majoritárias aos bens e serviços e, sobretudo à educação de qualidade. Afonso

(2001) e Frigotto (2002) debatem sobre as influências dos organismos internacionais na proposição e na materialização das políticas privatistas e de consolidação do Estado mínimo enquanto provedor de bens e serviços e máximo enquanto regulador, bem como as consequências deste movimento na educação superior. Sguissardi (2000), Dourado, Oliveira e Santos (2005), e Dias Sobrinho (2006) analisam as políticas de avaliação institucional e suas relações com o processo de regulação das IES como um processo que vem acirrando a disputa entre elas, sob o argumento de que tais mecanismos promovem a qualidade. Catani e Oliveira (2000) criticam com contundência as estratégias de FHC ao promover a “integração de diferentes procedimentos de avaliação, credenciamento e credenciamento, objetivando produzir um sistema baseado na flexibilização, competitividade e avaliação” (2000, p. 65).

No segundo eixo, destacamos estudos que analisam o campo da docência no contexto de expansão e regulação da ES; Cunha, Fernandes e Forster (2003) avaliam que do modo como as políticas públicas para a ES vem sendo conduzidas “o Estado, em vez de proteger as instituições das intervenções e influências externas, toma medidas legais para que terceiros possam intervir” (p.13). Pimenta e Anastasiou (2002) e Guimarães (2004) consideram que a construção da identidade docente carece de um *locus* específico de formação e que, portanto, precisa se construir ao longo da carreira. Diante das condições de trabalho impostas pela expansão e flexibilização da ES o que se observa é um processo de precarização das condições de trabalho e consequentemente de formação docente. Tais análises são completadas por Cunha (2005, 2006) que em seus estudos concluiu que “os processos de avaliação oficiais começam a redimensionar, por força das circunstâncias, o sentido da profissionalidade docente” (p. 61). Morosini (2003), Mancebo (2004), Catani, Oliveira e Dourado (2001) e Silva Jr. e Sguissardi (2000) tecem análises de como este novo modelo “eficientista” produzido no âmbito das políticas regulatórias vem promovendo a ruptura na histórica indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, consolidando os princípios do “quase mercado” educacional.

Tais fundamentos possibilitaram a análise dos dados obtidos na pesquisa empírica, que é apresentada no desenvolvimento deste estudo.

2. AS REPERCUSSÕES DA AI NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES

Esta questão foi analisada em duas etapas, utilizando-se inicialmente os dados da univ. pública e em seguida das IES privadas. Este procedimento permitiu uma melhor visualização das duas realidades de modo a possibilitar também algumas comparações e sínteses.

2.1 A visão de estudantes e professores da universidade pública

Quando considerados os dados dos professores da univ. pública, verifica-se que duas das opções propostas na questão não foram escolhidas: (1) *preocupo-me com o desempenho dos meus alunos no Enade e procuro me informar sobre o conteúdo, o formato e o estilo da prova*; (2) e *Procuro conhecer a prova e refletir sobre a forma como ela aborda os conteúdos das disciplinas que leciona*. Esse resultado mostra que os professores da universidade não se interessam pelo conteúdo e formato do Enade e que o esta prova não influenciam o seu planejamento e a condução das suas aulas.

Estes dados são coerentes com o que os alunos responderam: 86% deles assinalaram que *a maioria dos professores não se refere a esta avaliação e não demonstra envolvimento com este assunto em classe*. As tabelas 01 e 02 apresentam os resultados de professores e dos estudantes, respectivamente.

Tabela 01 – As influências da AI na prática pedagógica dos professores da universidade: a visão dos professores

Você considera que a sua prática pedagógica tem sido influenciada pela avaliação promovida pelo MEC, no que tange ao planejamento e execução das suas aulas? Assinale a seguir o item que melhor traduz a sua posição a esse respeito:	Univ. (%)
Não faço referência a esta avaliação e não me envolvo com este assunto	18,7
Eu me preocupo com os resultados desta avaliação e converso genericamente sobre o assunto com os alunos em classe	33,3
Não concordo com esta avaliação e por isso ela não influencia meu trabalho em sala de aula	16,6
Preocupo-me com o desempenho dos meus alunos no Enade e procuro me informar sobre o conteúdo, o formato e o estilo da prova	0
Procuro conhecer a prova e refletir sobre a forma como ela aborda os conteúdos das disciplinas que leciono	0
Tenho procurado adequar o meu planejamento ao modo como o Enade aborda os conteúdos nos exames	19,8
NRA	51,0

Fonte: Professores

Tabela 02 – As influências da AI na prática pedagógica dos professores da universidade: a visão dos estudantes

Quanto à prática pedagógica dos professores em sala de aula, você considera que os seus professores sentem-se influenciados pela avaliação promovida pelo MEC ao planejarem e executarem as suas aulas? Assinale a seguir o item que melhor traduz a sua posição a esse respeito:	Univ. (%)
A maioria dos professores não se refere a esta avaliação e não demonstra envolvimento com ela	86,0
A maioria dos professores se preocupa com os resultados desta avaliação e conversa sobre o assunto em classe	4,0

A maioria dos professores é contrária a esta avaliação e sugere que ela não avalia nada	6,0
A maioria dos professores se preocupa com o desempenho dos alunos no Enade e demonstra que procurou se informar sobre o formato e o estilo da prova	3,5

Fonte: Estudantes

Dentre as observações que os estudantes deixaram registradas no questionário, algumas exemplificam estes dados:

A finalidade das avaliações nas instituições não é atendida da forma como deveria. Não temos informações sobre o Sinaes e quanto ao Enade só fiquei sabendo na época da prova. Não vejo qualquer melhoria advinda desse exame e nenhum professor se preocupando efetivamente. O que poderia ser melhorado é uma divulgação do Sinaes que, se posto em prática, poderia trazer melhorias (E12U).

Tratando-se de uma univ. pública estes dados vão ao encontro de uma histórica resistência dos professores e estudantes em relação aos exames nacionais, associada aos boicotes promovidos contra o ENC (*provão*), na década de 1990. Os dois exames são entendidos como semelhantes por serem compulsórios e promoverem a classificação e a competição entre as IES. A opção mais aceita pelos professores da univ. pública, com 33% de escolhas, tem a seguinte redação: *Eu me preocupo com os resultados desta avaliação e converso genericamente sobre o assunto com os meus alunos em classe*. O interesse dos professores pelo conceito do curso justifica-se devido ao aumento das pressões do MEC sobre as IES no sentido de promover a redução da oferta de vagas e ameaças de fechamento de cursos que obtivessem conceitos ruins, o que já ocorre nas IES privadas. Uma parte dos professores da Universidade, 19,8%, admitiu que se preocupa em adequar o planejamento das aulas ao modo como o Enade aborda os conteúdos nos exames e 3,5% dos estudantes considera que *os professores se preocupam com o desempenho dos estudantes no Enade*.

Questões decorrentes de divergências ideológicas e tendências políticas dos professores também parecem influenciar as suas opiniões acerca da avaliação. Um estudante assim se expressou: “o que a gente mais vê do Enade são os boicotes, então a parte radical da faculdade não quer, a gente não sabe direito nem porque eles não querem, nem porque a faculdade quer, fica esta briga cega, de um lado quem quer e de outro quem não quer [participar da avaliação institucional], mas a gente não sabe direito é porque querem ou porque não querem (...)” (GFU).

Outra estudante do mesmo curso afirma que não há adesão dos professores a esta avaliação: “Eu percebo que eles [os professores] ficam totalmente indiferentes a esses exames, é como se eles não fizessem nenhuma falta (...) Então se eles não compram a idéia,

porque a gente tem que comprar? Para que servem estes exames na verdade, senão para cumprir uma exigência de fora?” (GFU)

Em diversos depoimentos dos alunos da Universidade pode-se observar alguma insatisfação devido à ausência de esclarecimentos e dificuldades em assumir uma posição sobre o Sinaes. Alguns se manifestam favoráveis à avaliação como possibilidade de garantir a qualidade das IES, mas mostram-se críticos quanto ao fato do Enade tratar-se de um exame nacional.

A posição de indiferença de alguns professores e de rejeição por parte da maioria em relação à avaliação institucional dificulta o acesso dos alunos às informações e conhecimentos mais criticamente elaborados. Para Dias Sobrinho (2004) é importante que a comunidade acadêmica se aproprie destes conhecimentos e participe mais ativamente dos processos avaliativos uma vez que eles são cada vez mais importantes no contexto da ES. Ele considera ainda que “a avaliação exerce o papel de motor das transformações nos sistemas e nas instituições de educação superior e por consequência, na sociedade”. (p.705). Uma das hipóteses que se pode levantar para explicar as resistências dos professores à avaliação institucional pode estar nesta proposição de Dias Sobrinho. Há uma tendência em tomar esta avaliação tão somente na sua perspectiva regulatória, compulsória e externa ao ambiente acadêmico, servindo à segunda concepção que ele descreve. O autor alerta, entretanto, que estes conceitos sobre a avaliação podem estar crivados de posições ideológicas e que as mudanças só ocorrerão se os processos contarem com o envolvimento e a participação dos interessados, de forma democrática e emancipatória. Ignorar a avaliação não contribuirá para fortalecer o coletivo escolar.

Alguns professores temem que a avaliação institucional, por estar imbuída da função regulatória, possa comprometer a autonomia universitária. A este respeito, Dias Sobrinho (2004) esclarece que “Toda avaliação tem a ver com idéias, qualidades, escolhas, valores, interesses, grupos, instâncias, poder. Como tudo isso é dinâmico, a avaliação não poderia esgotar-se em instrumentos e sentidos simples, unívocos e monorreferenciais” (p.710). Há, portanto, um entrelaçamento e conflito com os diversos ângulos de visão de como deve-se dar a autonomia universitária.

Estas análises destacam a importância da avaliação nos seus enfoques político e institucional, considerando que a IES consiste em um espaço privilegiado para o exercício da crítica, do debate e dos dissensos. Mobilizar a comunidade acadêmica para que também ela se aproprie dos debates e contribua para dar à avaliação o sentido plurirreferencial que a ela é inerente, parece ser um desafio para as universidades públicas.

2.2 A visão dos estudantes e professores das IES privadas

Quanto às duas IES privadas, as tabelas 03 e 04 apresentam os seus resultados para as mesmas questões anteriores. Apresentamos os resultados da univ. pública, com o objetivo de comparação.

Tabela 03 – As influências da AI na prática pedagógica dos professores das IES privadas: a visão dos professores

Você considera que a sua prática pedagógica tem sido influenciada pela avaliação promovida pelo MEC, no que tange ao planejamento e execução das suas aulas? Assinale a seguir <u>o item que melhor traduz</u> a sua posição a esse respeito:	Univ. (%)	Fac. (%)	Centro Univ. (%)
Não faço referência a esta avaliação e não me envolvo com este assunto	18,7	11,1	19,4
Eu me preocupo com os resultados desta avaliação e converso genericamente sobre o assunto com os alunos em classe	33,3	18,0	35,0
Não concordo com esta avaliação e por isso ela não influencia meu trabalho em sala de aula	16,6	0	0
Preocupo-me com o desempenho dos meus alunos no Enade e procuro me informar sobre o conteúdo, o formato e o estilo da prova	0	19,4	30,5
Procuro conhecer a prova e refletir sobre a forma como ela aborda os conteúdos das disciplinas que leciono	0	23,6	17,5
Tenho procurado adequar o meu planejamento ao modo como o Enade aborda os conteúdos nos exames	19,8	27,8	4,1
NRA	51,0	0	0

Fonte: Professores

Tabela 04 – As influências da AI na prática pedagógica dos professores das IES privadas: a visão dos estudantes

Quanto à prática pedagógica dos professores em sala de aula, você considera que os seus professores sentem-se influenciados pela avaliação promovida pelo MEC ao planejarem e executarem as suas aulas? Assinale a seguir <u>o item que melhor traduz</u> a sua posição a esse respeito:	Univ. (%)	Fac. (%)	Centro Univ. (%)
A maioria dos professores não se refere a esta avaliação e não demonstra envolvimento com ela.	86,0	76,0	64,0
A maioria dos professores se preocupa com os resultados desta avaliação e conversa sobre o assunto em classe.	4,0	14,0	21,0
A maioria dos professores é contrária a esta avaliação e sugere que ela não avalia nada.	6,0	0,7	0,9
A maioria dos professores se preocupa com o desempenho dos alunos no Enade e demonstra que procurou se informar sobre o formato e o estilo da prova.	3,5	9,0	12,2

Fonte: Estudantes

Os dados mostram que 9,4% e 30,5% dos professores da Faculdade e do Centro Universitário, respectivamente, assumiram que se preocupam com o desempenho dos seus

alunos no Enade e procuram se informar sobre o conteúdo, o formato e o estilo da prova e 23,6% e 17,5% dos professores destas IES da Faculdade e do Centro Universitário, respectivamente, procuram conhecer a prova e refletir sobre a forma como ela aborda os conteúdos das disciplinas que leciona. Comparando-se estes dados com os índices apurados entre os professores da Universidade, que foi zero, é possível identificar diferenças significativas entre os “olhares” dos docentes das redes públicas e privadas com relação a este tema.

Outro dado relevante é que quase um terço dos professores da Faculdade privada assume que se preocupam em adequar o planejamento de ensino ao modo como o Enade aborda os conteúdos nos exames. Pode-se observar que os estudantes não estão informados sobre estes possíveis ajustes, uma vez que menos de 10% deles assinalaram a opção correlata do seu questionário. Seguindo a mesma tendência, 18,0% e 35,0% destes professores assumem que se preocupam com os resultados do curso e que conversam com seus alunos sobre este assunto em classe.

O debate sobre a avaliação nas IES privadas é um grande desafio, pois são escassos os espaços para os encontros acadêmicos considerando que a maioria dos professores possui contrato de trabalho que contempla apenas as aulas. Em geral os resultados da avaliação são fortemente relacionados à própria imagem institucional e vice-versa, uma vez que eles podem conduzir a mudanças radicais nos planos de expansão, aumento de vagas, fechamento de cursos, admissão ou demissão de gestores e de professores. Em vários momentos pode-se observar esta preocupação por parte dos coordenadores de curso e de alguns professores. Até mesmo uma parte dos alunos está consciente desta realidade.

A avaliação institucional tem contribuído para desencadear mudanças no trabalho dos professores da instituição, como por exemplo, promover a redução do número de professores do curso de modo a adequar os percentuais de mestres e doutores aos parâmetros estabelecidos pelo MEC. Há uma sintonia afinada entre as condutas dos dirigentes e os princípios de produtividade e eficiência da ES que, inclusive, utilizam aspectos da avaliação institucional para promoverem os ajustes preconizados pelas leis do mercado educacional. Este modelo pautado nos princípios eficientistas tende a fortalecer a importância dos resultados ou dos produtos em detrimento dos processos construídos em longo prazo e pode ser observado também em outro trecho da entrevista que menciona a pressão que vem sendo exercida sobre os professores e alunos:

Nós estamos exigindo mais do aluno (...). Na verdade nós estamos exigindo mais do professor, nós de certa forma exigimos mais do professor, apertando

mais o professor, porque primeiro nós fizemos uma redução do quadro, e esta redução do quadro, estrategicamente, a (nome da faculdade) tem uma avaliação institucional e esta avaliação enquadra 100% dos alunos em um laboratório para que eles possam responder uma avaliação institucional onde envolve a instituição, a coordenação e os professores. [ele se refere aos instrumentos da auto-avaliação institucional] A partir desta avaliação nós podemos melhorar o nosso quadro docente (CCAF – grifos meus).

Um professor do Centro Universitário resume o que pensa sobre as repercussões desta avaliação na atuação do professor em IES privadas. Suas palavras estimulam uma reflexão sobre a qualidade da formação que vem sendo prometida por grande parte destas IES quando afirma: “O Enade é muito recente nesta instituição e não ocasionou qualquer impacto ainda. Atualmente as leis do mercado têm falado mais alto”. (P4F) O coordenador do seu curso defende a importância da avaliação, mas ela “não pode servir como referência para o *ranking* ou ferramenta de ações de *marketing* de IES sob pena de formarmos alunos para o Enade e não para o mercado” (CCAC).

Há, portanto, dentro das IES privadas, uma maior valorização dos aspectos burocráticos da avaliação institucional, enfatizando-se os critérios formais de eficiência e eficácia em detrimento dos critérios políticos, que enfatizam as dimensões educativas e sociais. Desta forma a avaliação institucional torna-se menos formativa e formadora, pouco contribuindo para que transformações de natureza acadêmica se efetivem no interior destas IES.

3. MUDANÇAS OCORRIDAS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES ATRIBUÍDAS À AI

A pesquisa procurou apreender possíveis mudanças na prática docente que podem ser atribuídas ao processo de avaliação institucional. As divergências entre as respostas dos professores da Universidade em relação aos professores das duas IES privadas foram bastante acentuadas. Para a maior parte dos professores da IES pública, em média 52,1%, a opção escolhida foi *nenhuma das respostas anteriores*. Dentre as demais opções, apenas uma: *promoveu maior conhecimento do currículo do curso demonstrando conhecer melhor o perfil do profissional que está contribuindo para formar*, foi escolhida por 19,8% destes professores. O item que se refere à insatisfação dos professores obteve 17,7% de escolhas. Os demais ficaram abaixo deste índice, conforme apresenta a tabela 05.

Tabela 05 - Mudanças no trabalho docente atribuídas à AI

Questão e resposta de professores e estudantes			
--	--	--	--

Que alterações você percebeu no seu trabalho e no de seus colegas em sala de aula (ou dos seus professores, no caso de estudantes), que você atribuiria ao processo de avaliação promovido pelo MEC? Assinale os <u>itens</u> em que você percebeu as alterações		Univ. (%)	Fac. (%)	Centro Univ. (%)
Maior disponibilidade de atendimentos aos alunos em suas dúvidas e dificuldades	Prof.	0	4,1	23,6
	Est.	13,4	24,2	18,7
Maior dedicação e estímulo aos alunos na participação em eventos	Prof.	7,3	8,3	23,0
	Est.	3,3	16,7	17,1
Maior entrosamento e comprometimento com os projetos desenvolvidos pela instituição	Prof.	7,3	34,7	20,5
	Est.	3,3	13,0	11,0
Maior conhecimento do currículo do curso demonstrando conhecer o perfil do profissional que está contribuindo para formar	Prof.	19,8	20,8	30,2
	Est.	13,2	22,0	16,4
Maior estímulo aos alunos para participarem dos Programas de Iniciação Científica	Prof.	11,1	13,9	6,6
	Est.	11,7	21,0	7,3
Mais empenho em diversificar a abordagem do conteúdo numa perspectiva interdisciplinar	Prof.	6,2	38,8	51,6
	Est.	9,6	17,7	15,7
Maior preocupação com os instrumentos avaliativos tendo em vista as características do ENADE	Prof.	7,6	58,3	40,2
	Est.	7,1	12,7	28,0
Maior incidência de professores insatisfeitos diante do aumento das suas atividades na instituição	Prof.	17,7	15,2	16,4
	Est.	15,0	5,9	6,7
NRA	Prof.	52,1	0	0
	Est.	34,5	2,3	0

Fonte: Professores e Estudantes

Quanto aos estudantes da univ. pública, o resultado permaneceu com a mesma tendência dos professores em que 34,5%, em média, assinalou a opção NRA. Ficou claro que para os estudantes da univ. pública a avaliação institucional não influencia a rotina acadêmica seguindo a mesma tendência observada nas respostas dos professores.

Quanto aos dados dos professores das duas IES privadas, duas opções destacaram (1) *Mais empenho em diversificar a abordagem do conteúdo [das disciplinas] numa perspectiva interdisciplinar*, que obteve média de 45,5% de escolhas, sendo 38,8% na Faculdade e 51,6% no Centro Universitário e (2) *Maior preocupação com os instrumentos avaliativos tendo em vista as características do Enade*, com média de 49,0% de escolhas, sendo 58,3% na Faculdade e 40,7% no Centro Universitário. Este resultado acena para a tendência já manifestada anteriormente de que há um movimento dentre das IES privadas no sentido de promover a adequação dos currículos aos conteúdos dos exames. Outras duas opções aparecem com percentual significativo de escolhas: (1) *Maior entrosamento e comprometimento com os projetos desenvolvidos pela instituição*, com média de 28,0% de escolhas entre os professores das duas IES privadas, sendo 34,7% da Faculdade e 20,5% do Centro Universitário. (2) *Maior conhecimento do currículo do curso, demonstrando conhecer*

o perfil do profissional que está contribuindo para formar, com 25,5% de escolhas, sendo 20,8% na Faculdade e 30,2% no Centro Universitário.

Sobre o perfil do profissional em formação e as ênfases dos currículos, as IES privadas priorizam a formação focada na preparação dos estudantes para o ingresso no mercado de trabalho e realização de concursos, e, por isso, mesmo os alunos já devem ser preparados para realizar provas como as do Enade: “O professor precisa de maior dedicação na elaboração do seu planejamento de ensino e de aula [em função da avaliação institucional] e executá-los cada vez com mais eficiência e eficácia. Ainda faz-se necessário sempre estabelecer um vínculo com o cotidiano do mercado, de maneira que o aluno perceba claramente a aplicabilidade daquele conteúdo”. (CCAC).

Um professor da Faculdade admite que “melhorou a sua atuação em classe em função da avaliação institucional ao responder as perguntas da auto-avaliação institucional”. Ele também atribui esta oportunidade de melhoria ao diálogo que a instituição passou a promover entre os representantes de classe e os professores nas reuniões de colegiado. “As dificuldades e os conflitos são colocados e, mediado pelo coordenador, busca-se a solução para os problemas apresentados, tanto de ordem didática e metodológica, quanto ligados a relacionamentos interpessoais” (P6F).

Embora os dados dos estudantes das duas IES privadas apresentem maior repercussão da avaliação institucional da prática dos seus professores quando comparados com os dados dos estudantes da Universidade, ela se mostrou pequena em relação ao que pensam os professores destas IES.

Para cerca de metade destes professores a avaliação provocou mudanças na sua prática de ensino ao diversificarem a abordagem dos conteúdos rumo a uma perspectiva interdisciplinar e fez com que modificassem o modo como avaliam a aprendizagem dos seus alunos. Para quase um terço deles, também estimulou o seu envolvimento com o curso e com a instituição e contribuiu para conhecer melhor o currículo do seu curso, bem como o perfil do profissional que está contribuindo para formar. Diante destes dados é possível afirmar que as mudanças assumidas pelos professores, especialmente das IES privadas, não foram percebidas pela maioria dos estudantes. O que se conclui é que os processos de ajustes às novas demandas oriundas do processo de avaliação ficaram no âmbito da gestão acadêmica dos cursos.

As grandes diferenças que marcam a IES pública e as duas IES privadas neste estudo foram ressaltadas pelos participantes da pesquisa em diversas ocasiões, tanto por professores como pelos alunos. Para um professor do Centro Universitário “o Enade é muito recente e não

ocasionou qualquer impacto ainda, como foi o caso do Provão, aliado a grande disputa mercadológica por alunos. Atualmente nesta instituição as leis do mercado infelizmente têm falado mais alto” (P4C). Este professor atua no curso de Administração e já se sabe que este curso carrega uma forte influência das tendências de mercado devido à sua natureza e campo de estudos e que, mesmo quando ministrados em IES públicas, seus currículos são fortemente marcados por estas influências (CUNHA, FERNANDES e FORSTER, 2003). Os dados da tabela 05 mostram, entretanto, alguma repercussão desta avaliação entre os docentes, já que 40,2% dos docentes do Centro Universitário passaram a ter *maior preocupação com os instrumentos avaliativos tendo em vista as características do Enade* e 51,6% passaram a se *empenhar em diversificar a abordagem do conteúdo numa perspectiva interdisciplinar*. Trata-se da instituição que, comparativamente, mais promoveu mudanças nas práticas dos professores tendo em vista a avaliação institucional.

Estes resultados permitem afirmar que os professores têm sentido as mudanças que vem sendo desencadeadas na esfera da gestão institucional, na medida em que vivenciam significativa intensificação das suas tarefas, especialmente quanto aos apelos por maior produtividade ao tempo em que, paradoxalmente, predomina a modalidade de contratação de professores *horistas* com reduzidas possibilidades de dedicação à pesquisa e à produção acadêmica. Quanto às repercussões deste processo na prática pedagógica, embora sejam admitidos por uma parte expressiva dos professores das IES privadas, os dados demonstram que elas não têm sido percebidas pela maior parte dos estudantes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a questão central desta pesquisa quanto aos *impactos* da avaliação institucional na prática docente verificou-se que há uma mudança em processo, ou seja, o estudo revelou que as mudanças nas práticas dos professores ocorrem de forma muito menos intensa em relação aos *impactos* ocorridos na gestão acadêmica dos cursos. Quando se focaliza a sala de aula verifica-se que as mudanças são menos expressivas na Universidade do que na Faculdade e no Centro Universitário. Em síntese, três aspectos se destacam: a avaliação da aprendizagem, a abordagem do conteúdo e o maior interesse dos professores pelo currículo do curso.

A maioria dos estudantes ouvidos não se mostrou favorável à avaliação institucional. Estão desinformados, desestimulados e descrentes com este processo. Mostram-se céticos quanto à possibilidade dos seus resultados incidirem positivamente nos seus cursos, criticam a

forma como ela é implementada e demonstram insatisfação com o modo como as instituições lidam com o processo e com a divulgação dos resultados.

Verifica-se assim que são discrepantes e contraditórias as formas como os sujeitos pesquisados, concebem e convivem com esta avaliação, o que pode ser tributado à ausência de políticas institucionais voltadas para o estudo e debate, no âmbito coletivo, de temas relacionados às políticas públicas para avaliação institucional.

Pelo exposto, pode-se constatar que o modo como a avaliação institucional tem sido conduzida nas instituições e a maneira como estas lidam com o processo e com os seus resultados é muito distinto quando consideradas as IES pública e privada. Esta pesquisa constata uma maior autonomia das IES pública quando comparada à dependência e insegurança das IES privadas quanto aos resultados do Sinaes. O resultado disto é o acirramento das disputas e o aprofundamento das diferenças da qualidade da formação oferecida pelas IES.

Conclui-se que as políticas públicas e, dentre elas as políticas de ES e, particularmente, a de avaliação, que vêm sendo implantadas no Brasil, tendo em vista uma *expansão regulada* desse nível de ensino, ainda não foi capaz de alterar a dualidade estrutural do sistema, não conseguindo caminhar no sentido de resolver o histórico problema das desigualdades, das diferenças institucionais e de qualidade do ensino superior ofertado. Antes, parece aperfeiçoar os mecanismos de distinção, competitividade, reprodução e de exclusão social. A avaliação, nos moldes implementados, parece não estar contribuindo efetivamente para o desenvolvimento institucional e para uma reflexão permanente acerca da produção do trabalho docente e da gestão institucional, considerando as especificidades institucionais e a natureza e o caráter de cada IES.

NOTAS

A Avaliação Institucional ganhou novas características a partir dos Decretos n.º 2.026, de 10 de outubro de 1996, e n.º 2.306, de 19 de agosto de 1997.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, A. J. Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-Nação e a emergência da regulação supracional. *Educação & Sociedade*, Campinas, n. 75, ago. 2001, p.15-32.

BRASIL.INEP. MEC: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo da Educação Superior-2008*. Brasília: MEC/Inep. <www.inep.gov.br>. Acesso em: 16/fev.2010.

_____.LDB. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____.SINAES. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Brasília, 2004.

CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. As políticas de diversificação e diferenciação da educação superior no Brasil: alterações no sistema e nas universidades públicas. In: SGUISSARDI, V. (Org). *Educação Superior: velhos e novos desafios*. São Paulo: Xamã, 2000.

CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F.; DOURADO, L. F. Política Educacional: mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular nos cursos de graduação no Brasil. *Educação & Sociedade*, Campinas, n. 75, ago 2001.

CUNHA, M. I; FERNANDES, C. M.; FORSTER, M. M. Avaliação externa e os cursos de graduação: implicações políticas na prática pedagógica e na docência. *Avaliação*, Campinas, v. 8, n. 1, 2003.

CUNHA, M. I. (Org.) *Pedagogia universitária: energias emancipatórias em tempos neoliberais*. Araraquara, SP: Junqueira&Marin Editores, 2006.

_____.*Formatos avaliativos e concepções de docência*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

DIAS SOBRINHO, J. Acreditación de la educación superior em América latina y el Caribe. In: *La Educación Superior em América Latina e el Mundo – La financiación de las universidades*. Madri, Ed. Mundi Prensa Libros S. A., 2006.

_____.Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria? *Educação & Sociedade*, Campinas, n. 25, Especial Out. 2004, p.703-725.

_____.Campo e caminhos da avaliação: a avaliação da educação superior no Brasil. In: FREITAS, L. C. (Org.). *Avaliação: construindo o campo e a crítica*. Florianópolis, SC: Insular, 2002.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F.; SANTOS, C. A. *A qualidade da educação: conceitos e definições*. Brasília, DF: MEC/INEP/PRIE cúpula das Américas, 2005.

FÁVERO, O.; SEMERARO, G. (Orgs.). *Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

FRIGOTTO, G. Educação e a construção democrática no Brasil: da ditadura civil-militar à ditadura do capital. In: FÁVERO, O.; SEMERARO, G. (Orgs.). *Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GUIMARÃES, V. *Formação de Professores: saberes, identidade e profissão*. Campinas, SP: Papirus, 2004.

MANCEBO, D. Uma análise da produção escrita sobre o trabalho docente em tempos de globalização. In: MANCEBO, D; FÁVERO, M. L. A. *Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente* (Orgs). São Paulo, Cortez, 2004.

MOROSINI, M. C. Pedagogia universitária e campo de conhecimento: RIES – Rede Sulbrasileira de Investigadores da Educação Superior. In: MOROSINI, M. C. (Org.). *Enciclopédia de Pedagogia Universitária*. Porto Alegre: Fapergs/Ries, 2003.

PIMENTA, S. G; ANASTASIOU, L. G. C. *Docência no ensino superior*. São Paulo: Cortez, 2002.

SGUISSARDI, V. *Educação Superior: velhos e novos desafios*. São Paulo: Xamã, 2000.

SILVA JR. J. R.; SGUISSARDI, V. A educação superior privada no Brasil: novos traços de identidade. In: SGUISSARDI, V. (Org). *Educação Superior: velhos e novos desafios*. São Paulo: Xamã, 2000.